

**A COLISÃO DE DIREITOS DISPOSTOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988:  
ESTUDO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE NO MUNICÍPIO DE LONDRINA**

Fábio Sérgio da Cruz, Fernanda Batelochi Santos, Renata Rahal de Figueiredo  
Borchardt, Juliana Kyiosen Nakayama

E-mail para contato: fernanda.bsantos@uel.br

*Trabalho vinculado ao Projeto de Pesquisa em Ensino nº 562*

**Resumo**

Este trabalho tem como tema uma ação de reintegração de posse, proposta pelo Município de Londrina, em face de cidadãos que estão em posse de propriedade pública de forma irregular. O processo tomou forma pelo Sistema Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná, PROJUDI, e há a representação pelo Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos (EAAJ) da Universidade Estadual de Londrina. Seu objetivo reside na importância do trabalho feito pelo EAAJ e a análise da colisão de direitos – direito à moradia, o direito à propriedade e o bem público – e, ainda, a questão ambiental. O método utilizado foi o empírico-indutivo, utilizando caso concreto, ainda em tramitação. Esse caso tem andamento feito pelos estagiários, pelos colaboradores do projeto de pesquisa e pelos professores do EAAJ. O estudo ocorreu durante a carga horária do projeto de pesquisa, utilizando os documentos do processo, retirados do PROJUDI. Em 2017, foi ajuizada a ação pedindo a desocupação das pessoas que ali vivem, visto que o imóvel é propriedade do Município desde 1992. Pela impossibilidade de usucapião de bens públicos e pelo contra-argumento da necessidade de proteção do direito à moradia como uma das bases da dignidade da pessoa humana, foi decidida a reintegração de posse com a condição de realocação da família ali residente em moradia concedida pelo poder municipal, no programa da COHAB-LD. O processo continua em trâmite, visto os esforços do Município de reverter essa decisão, pois seria uma forma de “beneficiar os invasores”, e o EAAJ segue peticionando pelo direito a moradia.

**Palavras-chave:** Direito Civil; Direito Administrativo; Núcleo de Prática Jurídica.